



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO, ARTICULAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA
CONSULTOR POR PRODUTO

TOR/FNDE/SECADI/MEC Nº 090/2013

1. Número e Título do Projeto:

OEI – BRA09/004 - Aprimoramento da sistemática de gestão do Ministério da Educação – MEC em seus processos de formulação, implantação e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

2. Finalidade de Contratação:

Consultoria especializada, na modalidade produto, para desenvolvimento de diagnósticos, formulação de propostas de políticas públicas e avaliação das políticas já em desenvolvimento no âmbito da Educação Básica no que se refere à Educação em Direitos Humanos, Direitos de Crianças e Adolescentes e Gênero e Diversidade Sexual.

3. Enquadramento nas Ações do Projeto

3.1. Resultados:

Resultado 4.2. Sistemáticas de planejamento e avaliação das escolas formuladas e implantadas, de forma experimental, em especial nas escolas de educação básica e de educação no campo, indígena e quilombola.

3.2. Atividades:

Atividade 4.2.1. Realizar estudos de fundamentação para a formulação das sistemáticas de planejamento e avaliação das escolas.

Atividade 4.2.2. Mapear a demanda potencial por ações de apoio/assistência técnica *in loco* às secretarias

estaduais e/ou municipais de educação para implantação de programas e projetos do PDE nas áreas de educação básica, no campo, indígena e quilombola.

Atividade 4.2.4. Elaborar projetos técnicos especializados para estruturação da oferta de ações, projetos e programas educacionais relacionados à educação básica, no campo, indígena dos territórios etnoeducacionais e quilombola no contexto do PDE.

Atividade 4.2.9 Realizar estudos e pesquisas avaliativas relacionadas aos impactos e sustentabilidade produzidos pelas sistemáticas de planejamento e avaliação das escolas de educação básica, de educação no campo, indígena (territórios etnoeducacionais) e quilombola, no contexto da implantação do PDE.

4. Justificativa

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é a principal estratégia do Ministério da Educação para produzir uma educação básica de qualidade. Para alcançar os objetivos de melhoramento da qualidade da educação no país, há indicação evidente da importância da valorização das temáticas de direitos humanos nos documentos que sucedem as discussões sobre os rumos da educação no Brasil. No Plano Nacional de Educação – PNE 2010-2020, Projeto de Lei Complementar nº 103/2012 em tramitação no Congresso Nacional, temos como diretriz a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental”. Dessa forma, as temáticas relativas à promoção e defesa dos direitos humanos estão intrinsecamente relacionadas a valores e saberes que devem ser difundidos nos sistemas de ensino responsáveis pela oferta de Educação Básica.

O planejamento sobre a implementação do PDE e sua respectiva avaliação devem levar em conta a necessidade de realização de diagnósticos sobre as demandas das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação acerca de iniciativas relacionadas à promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Esses diagnósticos deverão fundamentar as sistemáticas de planejamento para oferta de ações, projetos e programas educacionais ligados a essa temática e consequente avaliação sobre os impactos e a sustentabilidade das iniciativas já em curso junto aos sistemas de ensino.

Importante é também ressaltar que as temáticas relativas aos direitos de crianças e adolescentes envolvem a elaboração e implementação de políticas públicas que abordem as violações aos direitos tais como: trabalho infantil, abuso e exploração sexual, o cumprimento de medidas socioeducativas e a defesa do direito à convivência familiar e comunitária.

Esses temas devem ser trabalhados nas escolas considerando o cumprimento da Lei nº 11.525/07 a qual modifica o Art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelecendo o ensino dos direitos de crianças e adolescentes no Ensino Fundamental.

Dessa forma, é fundamental que a política educacional relativa aos direitos humanos tenha incidência sobre a Educação Básica considerando as necessidades de aprimoramento na implementação de suas iniciativas. Além disso, é importante frisar que a promoção da educação em direitos humanos na Educação Básica envolve a disseminação junto aos sistemas de ensino da Resolução CP/CNE nº1/2012 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. O estímulo à observância dessas Diretrizes está vinculado ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Ministério da Educação no âmbito dos Planos intersetoriais relativos à inclusão social da população em situação de rua, ao enfrentamento do tráfico de pessoas, ao Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH III.

Soma-se a isso, a necessidade em detectar a demanda potencial para oferta de ações, projetos e programas relativos às temáticas de gênero e diversidade sexual e analisar os impactos das iniciativas já efetuadas por este Ministério (cursos de formação continuada, estímulo à produção de materiais didático-pedagógicos e outras ações), considerando a possibilidade de reestruturação dessas políticas.

- ✓ **Consultor 1:** Educação em Direitos Humanos
- ✓ **Consultor 2:** Direitos de Crianças e Adolescentes
- ✓ **Consultor 3:** Gênero e Diversidade Sexual

5. Atividades a serem desenvolvidas:

Consultor 1 - Atividades para elaboração Produto 1:

Atividade 1: Mapear as ações do MEC referentes ao Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – III.

Atividade 2: Verificar o processo de execução das ações mapeadas na Atividade 1 com vistas a identificar gargalos na implementação das ações.

Produto 1 – Documento técnico avaliativo do andamento das ações já executadas e em execução relativas ao Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – III, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.

Atividades para elaboração Produto 2:

Atividade 1: Mapear as ações do MEC referentes à política de inclusão social da população em situação de rua e de outras demandas da população em situação de rua não explicitadas no plano de ações do MEC.

Atividade 2: Verificar o andamento das ações mapeadas na Atividade 1 com vistas a identificar gargalos na implementação das ações.

Produto 2 – Documento técnico avaliativo sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas à política de inclusão social da população em situação de rua, proposição de novas estratégias para atendimento de demandas não explicitadas no plano de ações do MEC, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.

Atividades para elaboração Produto 3:

Atividade 1: Mapear as ações do MEC referentes ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Atividade 2: Verificar o andamento das ações mapeadas na Atividade 1 com vistas a identificar gargalos na implementação das ações.

Produto 3 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.

Atividades para elaboração Produto 4:

Atividade 1: Análise documental comparativa viabilizando perspectiva sobre as estratégias de cumprimento das ações do MEC aportadas nos Programa Nacional de Direitos Humanos, II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e na política para a inclusão social da população em situação de rua.

Atividade 2: Verificar o andamento das ações mapeadas na Atividade 1 com vistas a identificar gargalos na implementação das ações.

Produto 4 – Documento técnico contendo estudo comparativo sobre ações do Ministério da Educação no que se refere ao Programa Nacional de Direitos Humanos, ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e à política para a inclusão social da população em situação de rua com sugestões para cumprimento das ações, avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução e de adequação de estratégias a serem implementadas no âmbito do MEC.

Consultor 2 - Atividades para elaboração Produto 1:

Atividade 1: Mapear as ações do MEC referentes ao Plano Nacional de Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e à Matriz 1 relativa à Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Atividade 2: Verificar o andamento das ações mapeadas na Atividade 1 com vistas a identificar gargalos na implementação das ações.

Produto 1 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas à defesa dos direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.

Atividades para elaboração Produto 2:

Atividade 1: Mapear as ações do MEC referentes ao II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e à Matriz 4 referente à Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Atividade 2: Verificar o andamento das ações mapeadas na Atividade 1 com vistas a identificar gargalos na implementação das ações.

Produto 2 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao enfrentamento do trabalho infantil, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.

Atividades para elaboração Produto 3:

Atividade 1: Mapear as ações do MEC referentes ao II Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e à Matriz 2 referente à Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Atividade 2: Verificar o andamento das ações mapeadas na Atividade 1 com vistas a identificar gargalos na implementação das ações.

Produto 3 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar

possíveis dificuldades na implementação dessas ações.

Atividades para elaboração Produto 4:

Atividade 1: Mapear as ações referentes às estratégias desenhadas pelo MEC no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial SINASE MEC instituído pela Portaria Interministerial nº 990 de 1º de agosto de 2012 e da Matriz 3 referente à Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Atividade 2: Verificar o andamento das ações mapeadas na Atividade 1 com vistas a identificar gargalos na implementação das ações.

Produto 4 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas à escolarização e profissionalização de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.

Consultor 3 - Atividades para elaboração Produto 1:

Atividade 1: Mapear as ações do MEC referentes ao III Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM.

Atividade 2: Verificar o andamento das ações mapeadas na Atividade 1 com vistas a identificar gargalos na implementação das ações.

Produto 1 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao III Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.

Atividades para elaboração Produto 2:

Atividade 1: Mapear as ações do MEC referentes ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Atividade 2: Verificar o andamento das ações mapeadas na Atividade 1 com vistas a identificar gargalos na implementação das ações.

Produto 2 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao Pacto Nacional pelo

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.

Atividades para elaboração Produto 3:

Atividade 1: Mapear e verificar o estágio de implantação das ações do MEC referentes ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais .

Atividade 2: Mapear e verificar o estágio de implantação da Portaria MEC nº 1.612, de 18/11/2011, que assegura a transexuais e travestis, o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Ministério da Educação, e analisar a regulamentação do uso do Nome social de Travestis e Transexuais nos Registros Escolares no âmbito dos sistemas de ensino.

Produto 3 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e sobre a utilização do Nome social de Travestis e Transexuais nos Registros Escolares, propondo estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.

Atividades para elaboração Produto 4:

Atividade 1: Mapear as ações do MEC referentes ao Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais.

Atividade 2: Mapear as ações do MEC referentes ao sistema de defesa e promoção de direitos humanos da população LGBT.

Atividade 3: Verificar o andamento das ações mapeadas na Atividade 1 com vistas a identificar gargalos na implementação das ações.

Produto 4 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas à implementação do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais considerando a articulação com os sistemas estaduais e municipais de ensino, e ao sistema de defesa e promoção de direitos humanos da população LGBT, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.

6. Produtos ou resultados previstos, remuneração e cronograma de entrega:

O custo total dos serviços de consultoria foi estimado em R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais), observando-se, para o desembolso financeiro, a cronologia indicada no quadro abaixo:

Consultor 1

PRODUTOS	DATA DE ENTREGA
Produto 1 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – III, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.	85 dias após a assinatura do contrato
Produto 2 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas à política de inclusão social da população em situação de rua, proposição de novas estratégias para atendimento de demandas não explicitadas no plano de ações do MEC, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.	180 dias após a assinatura do contrato
Produto 3 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.	270 dias após a assinatura do contrato
Produto 4 – Documento técnico contendo estudo comparativo sobre ações do Ministério da Educação no que se refere ao Programa Nacional de Direitos Humanos, ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e à política para a inclusão social da população em situação de rua com sugestões para cumprimento das ações, avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução e de adequação de estratégias a serem implementadas no âmbito do MEC.	350 dias após a assinatura do contrato

VALOR TOTAL	
--------------------	--

Consultor 2

PRODUTOS	DATA DE ENTREGA
Produto 1 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas à defesa dos direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.	85 dias após a assinatura do contrato
Produto 2 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao enfrentamento do trabalho infantil, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.	180 dias após a assinatura do contrato
Produto 3 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.	270 dias após a assinatura do contrato
Produto 4 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas à escolarização e profissionalização de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.	350 dias após a assinatura do contrato
VALOR TOTAL	

Consultor 3

PRODUTOS	DATA DE ENTREGA
Produto 1 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao III Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.	85 dias após a assinatura do contrato
Produto 2 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.	180 dias após a assinatura do contrato
Produto 3 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.	270 dias após a assinatura do contrato
Produto 4 – Documento técnico contendo propostas de estratégias para implementação de ações do MEC e avaliação sobre o andamento das ações já executadas e em execução relativas ao cumprimento da Portaria nº 1.612, de 18 de novembro de 2011 referente ao uso do nome social - considerando a articulação com os sistemas estaduais e municipais de ensino -, e ao sistema de defesa e promoção de direitos humanos da população LGBT, além de proposição de estratégias alternativas para solucionar possíveis dificuldades na implementação dessas ações.	350 dias após a assinatura do contrato
VALOR TOTAL	

7. Requisitos mínimos de qualificação

a. Formação Acadêmica:

- Curso superior completo na área de Ciências Humanas ou Sociais, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.
- Curso de pós-graduação (especialização) concluído na área de Ciências Humanas ou Sociais, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

b. Exigências específicas

b.1. Experiência profissional:

- Experiência mínima comprovada de 03 (três) anos na elaboração e execução de projetos sociais e/ou educacionais relativos a cada uma das áreas (Educação em Direitos Humanos/Gênero e Diversidade Sexual/Direitos de Crianças e Adolescentes);

b.2. Conhecimento Desejável:

- Desejável experiência no acompanhamento e implementação de políticas públicas na esfera federal.
- Desejável experiência no acompanhamento de instrumentos de participação social, como conselhos e conferências.

c.: Disponibilidade para viagens.

OBS.: As experiências serão comprovadas por meio de apresentação de documentos tais como: contratos de trabalho e/ou prestação de serviços, registro em carteira de trabalho ou documentos equivalentes.

As certificações/experiências desejáveis serão pontuadas para efeito de classificação e consideradas em caso de empate entre os candidatos.

8. Processo Seletivo

8.1. O processo seletivo simplificado de que trata este Termo de Referência consistirá de duas fases: 1ª fase - análise curricular; 2ª fase – entrevista, como segue.

1ª Fase – Análise do Curriculum Vitae de caráter eliminatório e classificatório, realizada pela Comissão de Seleção designada para este fim, tendo como referência os requisitos estabelecidos neste termo de referência e publicados no edital.

- a) Serão eliminados os currículos inscritos que não atenderem integralmente os requisitos obrigatórios exigidos divulgados no edital.

- b) Nesta etapa será aferida pontuação para os currículos inscritos que atendem aos requisitos obrigatórios.
- c) A pontuação será atribuída conforme quadro abaixo.
- d) Serão indicados para a etapa de entrevistas os candidatos que atenderam aos requisitos obrigatórios mínimos exigidos no edital.
- e) O total de pontos recebidos nesta etapa irão compor a pontuação total recebida pelo candidato. PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista)

2ª fase – Entrevista para averiguação e avaliação dos conhecimentos e complementação de informações. Participam desta etapa apenas os/as candidato/as classificados na 1ª Fase.

8.2. Os candidatos selecionados para a entrevista que não residam em Brasília deverão remeter a documentação comprobatória da formação acadêmica e experiência profissional (conforme Edital) por fax ou por meio eletrônico (e-mail) até a data da entrevista. Uma vez selecionado, o candidato deverá encaminhar a documentação mencionada devidamente autenticada em prazo a ser estabelecido pela Comissão de Seleção.

8.1 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, são de responsabilidade do candidato.

8.2 A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por vídeo-conferência ou teleconferência, nesse caso os diálogos serão obrigatoriamente gravados.

8.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.

8.4 O processo seletivo tem validade de um ano a contar da data de publicação deste edital.

8.5. Os candidatos classificados ao final das duas fases do processo de seleção devem, obrigatoriamente, apresentar à Unidade Gestora da Cooperação Técnica da SECADI/MEC os documentos comprobatórios das informações prestadas no Curriculum Vitae. Caso o candidato não atenda a este requisito será desclassificado, sendo chamado o candidato seguinte que tenha atendido aos pré-requisitos deste termo de referência.

Critérios de Avaliação

8.6. Formação Acadêmica (Pontuação Máxima – 5 pontos)

CARACTERIZAÇÃO (Pontuação cumulativa – Máximo 5 pontos)	PONTUAÇÃO
Curso superior completo na área de Ciências Humanas ou Sociais, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.	1,25
Curso de pós-graduação (especialização) concluído na área de Ciências Humanas ou Sociais, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.	1,75
Mestrado ou Doutorado na área solicitada no perfil	2

8.7. Experiência Profissional

CARACTERIZAÇÃO (Pontuação cumulativa – Máximo 5 pontos)	PONTUAÇÃO
3 (três) anos de experiência comprovada na elaboração e execução de projetos sociais e/ou educacionais relativos a cada uma das áreas (Educação em Direitos Humanos/Gênero e Diversidade Sexual/Direitos de Crianças e Adolescentes);	2,0
Acima de 3 anos de experiência comprovada na elaboração e execução de projetos sociais e/ou educacionais relativos a cada uma das áreas (Educação em Direitos Humanos/Gênero e Diversidade Sexual/Direitos de Crianças e	Até 1,5

Adolescentes). Acrescenta-se 0,5 (meio) ponto a cada ano. No máximo 1,5 (um e meio) ponto.	
Experiência no acompanhamento e implementação de políticas públicas na esfera federal e no acompanhamento de instrumentos de participação social, como conselhos e conferências. Acrescenta-se 0,5 (meio) ponto a cada ano. No máximo 1,5 (um e meio) ponto.	1,5

8.8. Entrevista

CARACTERIZAÇÃO (Pontuação cumulativa – Máximo 5 pontos)	PONTUAÇÃO
Domina conceitual e metodologicamente os conteúdos relativos à área a que está concorrendo (Educação em Direitos Humanos/Gênero e Diversidade Sexual/Direitos de Crianças e Adolescentes).	2,0
Domina os instrumentos legais e normativos que regem o governo federal na implementação de ações, projetos e programas relativos a Educação em Direitos Humanos/Gênero e Diversidade Sexual/Direitos de Crianças e Adolescentes.	2,0
Tem conhecimento das parcerias institucionais do Ministério da Educação acerca dos temas de Educação em Direitos Humanos/Gênero e Diversidade Sexual/Direitos de Crianças e Adolescentes	1,0

Serão exigidos documentos comprobatórios dos itens 8.6 e 8.7.

9. Vigência do contrato: Em até 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato.

10. Número de Vagas: 3 (três) vagas

11. Local de Trabalho: as atividades serão desenvolvidas em Brasília-DF e, eventualmente, nas regiões objeto do presente termo de referência.

12. Considerações gerais:

- Os produtos deverão ser entregues à Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar – SECADI/MEC, Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, Anexo I, Sala 411, Brasília – DF, suas versões preliminares, para à área demandante proceder às orientações de ajustes necessários. Ao finalizar o produto técnico o consultor deverá encaminhá-lo ao Gabinete da SECADI via Protocolo, que por sua vez o encaminhará à Diretoria demandante para análise, preenchimento do Termo Circunstanciado e emissão de Parecer Técnico a respeito do produto e, enviará, por meio de Ofício à DIGAP/FNDE, que solicitará as providências quanto à análise e ao pagamento junto ao Organismo Internacional parceiro. O produto deverá ser encaminhado em 01 (uma) via impressa encadernada e 01 (uma) exemplares gravados em CD ROM, na versão MS Word 2010 ou Open Office, produzidos nos aplicativos compatíveis com Microsoft Office 2007, contendo a assinatura do consultor na página inicial. Cabe à COPCI/CGPES/DIGAP/FNDE verificar a conformidade do procedimento com o contrato firmado, providenciar o envio do produto para que o organismo internacional parceiro o analise e efetue o

pagamento da parcela correspondente.

- Cabe destacar que o Parecer Técnico deverá ser elaborado, considerando o aspecto inovador e a contribuição que esse produto poderá trazer para a área em que está inserido, devidamente justificado, contemplando os objetivos, atividades e resultados vinculados ao PRODOC.
- O produto deve conter a Ficha de Encaminhamento onde é identificado o nome do consultor, do projeto, do produto a que se refere o pagamento e as assinaturas do consultor e do supervisor atestando os serviços prestados.
- A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.
- Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao Ministério da Educação, e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia do Ministério da Educação.
- Caso ocorra interrupção do contrato durante a sua vigência, os serviços de consultoria poderão ser conduzidos pelo próximo candidato selecionado, conforme cadastro reserva e necessidade da área demandante.

Brasília, de abril de 2013.

FÁBIO MEIRELLES HARDMAN DE CASTRO
Coordenador Geral de Direitos Humanos

De acordo,

CLÉLIA BRANDÃO ALVARENGA CRAVEIRO
Diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania
SECADI/MEC